

Também pode falar de onde você vem, ninguém vai cassar a sua palavra, senão cai no que caiu o... Mas está aqui. Eu passo para você, então, depois nós vamos nos encarregar de mandar para o Matheus. (Palmas.)

- É entregue a homenagem.

O SR. TIAGO FAINER - Boa noite a todos e todas. É uma feliz satisfação estar aqui com vocês hoje, eu que sou aluno da rede pública de Piracicaba, minha cidade querida, e não poderia deixar de citar a escola de onde eu vim, que é a escola Monseñor Jeronymo Gallo, lá onde tive a oportunidade de ser três vezes presidente de grêmio.

Nessas inúmeras eleições eu tive dentre muitas batalhas uma mais terrível, que foi o dia em que a direção resolveu encher a escola de grades. E no processo de discussão eu peguei e foi o que por algum tempo cessou essa ideia de colocar grades na escola, que foi o seguinte.

Eu perguntei à vice-diretora: “Qual empresa coloca grade na cadeia?”. Ela parou um pouquinho e eu falei: “É a mesma que vai vir colocar a grade aqui amanhã.”. Ela desistiu. Mas ela desistiu com o impacto dessa ideia, de que ela estaria prendendo os alunos.

E a escola não é o espaço de você prender o aluno, mas o que tem vindo acontecendo nesse governo, e daí eu vou me referir especificamente a esse secretário, que o aluno que vai para a escola onde era para ser um lugar para ele sonhar o governo vai lá e joga uma pá de cal em cima do aluno.

Primeiro, ele já não tem mais vontade de prestar o Enem. Aí o ministro reclama de gastar o dinheiro. Ué, dê a possibilidade para que o aluno chegue ao Enem. Ele não tem feito isso.

E também dizer que ontem eu estava lá com a Professora Bebel até o fim, até as três horas da madrugada. Nunca vi coisa mais absurda do que a que aconteceu ontem em Cerqueira César. Lembrei-me de 2016 e, pasmem, era o mesmo partido. Os vereadores eram do mesmo partido, então a cassação foi política.

O professor Matheus é um jovem, assim como eu, e eu me senti muito representado, porque a força que o Matheus teve durante toda aquela sessão, que durou nove horas e meia, foi incrível.

Ao final, com toda a calma do mundo, ele disse no plenário: “Nós voltaremos.”. Tenho certeza de que com o apoio da Professora Bebel, com a força dele, logo ele estará no plenário novamente.

Agradeço a todos. Viva Paulo Freire! (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL - PT - Bem, eu preciso ler o termo de encerramento.

Esgotado o objeto da presente sessão, agradeço às autoridades, à minha equipe, aos funcionários do Serviço de Som, da Taquigrafia, da Fotografia, do Serviço de Ata, do Cerimonial, da Secretaria Geral Parlamentar, da Imprensa da Casa, da TV Alesp, que está ali brilhantemente trabalhando, e das assessorias policiais Militar e Civil, bem como a todos que, com as suas presenças, colaboraram para o pleno êxito desta solenidade.

- Encerra-se a sessão.

21 DE SETEMBRO DE 20212ª SESSÃO SOLENE DE ASSINATURA DO TERMO DE ADEÇÃO À CAMPANHA "SINAL VERMELHO CONTRA A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA"

Presidência: CARLÃO PIGNATARI

RESUMO

1 - PRESIDENTE CARLÃO PIGNATARI

Abre a sessão.

2 - MARINA TEIXEIRA

Mestre de cerimônias, informa que a Presidência efetiva convocara a presente sessão solene para a “Assinatura do Termo de Adesão à Campanha Sinal Vermelho contra a Violência Doméstica” - Lançamento da 2ª Edição da Pesquisa JUS Barômetro, realizada pela Apamagis e pelo Ipespe, sobre Violência contra a Mulher. Anuncia a composição da Mesa e demais autoridades presentes.

3 - VANESSA MATEUS

Juíza presidente da Apamagis - Associação Paulista de Magistrados, faz apresentação do resultado da pesquisa JUS Barômetro, realizada pela Apamagis e pelo Ipespe, sobre violência contra a mulher.

4 - MARINA TEIXEIRA

Mestre de cerimônias, anuncia a exibição do vídeo da campanha “Sinal Vermelho Contra a Violência”, produzido pela AMB - Associação dos Magistrados Brasileiros.

5 - ANA CLAUDIA CUTAIT

Presidente do CMEC - Conselho da Mulher Empreendedora e da Cultura da Associação Comercial do Estado de São Paulo e da Federação das Associações Comerciais do Estado de São Paulo, faz agradecimentos gerais. Discorre a respeito do CMEC e do seu envolvimento com o tema da presente solenidade.

6 - MARIA DOMITILA MANSSUR

Juíza diretora da AMB Mulheres, uma das idealizadoras da campanha, a representar a AMB - Associação dos Magistrados Brasileiros, faz agradecimentos gerais. Tece consideraçõesobre a campanha objeto desta solenidade.

7 - DRA. DAMARIS MOURA

Deputada estadual, faz agradecimentos gerais. Destaca a relevância do combate à violência contra a mulher.

8 - MARINA TEIXEIRA

Mestre de cerimônias, anuncia a Assinatura do Termo de Adesão à Campanha Sinal Vermelho Contra a Violência Doméstica.

9 - PRESIDENTE CARLÃO PIGNATARI

Faz agradecimentos gerais. Discorre acerca da importância do combate à violência contra a mulher. Encerra a sessão.

- Abre a sessão o Sr. Carlão Pignatari.

A SRA. MESTRE DE CERIMÔNIAS - MARINA TEIXEIRA - Muito bom dia a todos e todas. Sejam muito bem-vindos a esta cerimônia. Para darmos início a esta cerimônia, convidamos para compor a Mesa: o deputado Carlão Pignatari, presidente da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. (Palmas.) A juíza Vanessa Mateus, presidente da Apamagis - Associação Paulista dos Magistrados. (Palmas.)

A juíza Maria Domitila Manssur, diretora da AMB Mulheres e uma das idealizadoras da campanha, representando a AMB - Associação dos Magistrados Brasileiros. (Palmas.) A Sra. Ana Claudia Cutait, presidente do CMEC - Conselho da Mulher Empreendedora e da Cultura da Associação Comercial do Estado de São Paulo e da Federação das Associações Comerciais do Estado de São Paulo. (Palmas.)

A Sra. Ana Claudia Carletto, secretária municipal da Justiça e Cidadania. (Palmas.) A deputada estadual Damaris Moura, presidente da Comissão de Defesa e dos Direitos das Mulheres na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo e da Frente Parlamentar de Combate ao Abuso e Violência Domésticos, representando todas as deputadas estaduais. (Palmas.)

Registramos e agradecemos as presenças da juíza Carissa Tauk, diretora da Apamagis, Fádua Ramos Rachid Sleiman, vice-

-presidente da Simec, Maria Iracema Valadão, coordenadora das sedes distritais do Conselho da Mulher; Tatiane Cruz, coordenadora distrital do Conselho da Mulher; Sylvia Caruso, vereadora de José Bonifácio. Também temos Gabriel Henrique, da Secretaria de Desenvolvimento Social representando a secretária Célia Parnes; Denise Mariano Iaduri, da Associação Comercial de São Paulo; Dominique Célia Ferreira Lima, da Facesp; Patrícia Andeka Polo, representando o deputado Oliveira.

No dia de hoje, teremos a assinatura do termo de adesão à campanha “Sinal Vermelho contra a Violência Doméstica”, idealizado pelo Conselho Nacional de Justiça e pela Associação dos Magistrados Brasileiros. Com a parceria da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, da Associação Paulista de Magistrados - a Apamagis -, da Federação da Associação Comercial do Estado de São Paulo - Facesp - e do Conselho da Mulher Empreendedora da Cultura, em benefício das mulheres vítimas da violência doméstica e familiar no Brasil.

Essa data marca também o lançamento da segunda pesquisa JUSBarômetro, realizado pela Apamagis e pelo Ipespe, Instituto de Pesquisa Social, Política e Econômica, sobre a violência doméstica. Para falarmos um pouco mais sobre o tema e apresentar o resultado da pesquisa, chamamos para o seu pronunciamento a juíza Vanessa Mateus, presidente da Apamagis. (Palmas.)

A SRA. VANESSA MATEUS - Bom dia a todos. Eu vou pedir licença ao presidente para falar sem a máscara, porque eu estou aqui longe de todo mundo, porque fica mais fácil para ser compreendida.

Queria cumprimentar o deputado Carlão Pignatari por sediar o lançamento dessa nossa pesquisa, dessa pesquisa JUS Barômetro, que é uma pesquisa que a Apamagis vem desenvolvendo junto com o Ipespe para ouvir a sociedade paulista e ter uma percepção da sociedade paulista sobre o sistema de justiça.

A primeira edição dessa pesquisa foi sobre a imagem dos magistrados, foi sobre a imagem do sistema de justiça e o que poderia ser melhorado para a população, e agora a segunda edição dessa pesquisa foi para ouvir as mulheres sobre a percepção da violência doméstica.

E nada mais adequado do que a gente lançar uma pesquisa que ouve a população paulista do que na Casa da população paulista, na Casa do Povo paulista. Então, agradeço a sensibilidade do deputado Carlão Pignatari em nos sediar este encontro.

Quero cumprimentar a Domitila, minha amiga de longa data, há mais de 15 anos, que é a secretária de políticas para mulheres da MB, é a conselheira da Apamagis, é a idealizadora da campanha que a gente lança aqui e faz adesão da Alesp aqui hoje. Sem ela, a campanha sequer teria nascido. É uma pessoa importantíssima nesse combate à violência doméstica.

A Ana Claudia Cutait, pelo contrário, é uma amiga muito mais recente. Eu a conheci por conta deste evento e é uma mulher absolutamente realizadora. Eu tenho certeza de que a adesão do Semec, da Associação Comercial e da Facesp vai dar um passo gigante na ampliação dessa campanha dos canais de denúncia aqui no estado de São Paulo. A capilaridade que a Associação Comercial tem de chegar em cada canto do estado, a cada lugar em que essas mulheres se encontram, vai ser um passo importantíssimo comparado à adesão do governo do estado e agora da Assembleia Legislativa.

Queria cumprimentar também a secretária de Justiça, muito obrigada por prestigiar o nosso evento. É importantíssima a adesão de todos os órgãos públicos a esta campanha para que a gente faça chegar ao conhecimento da população. E a gente vai ver, inclusive, nos números da pesquisa, o quanto o conhecimento e a comunicação são importantes.

Queria agradecer à Clarissa Tauk, minha que está aqui, que nos ajuda demais da divulgação da campanha; aos meus colegas que eu vi aqui, a Viviana Gerardi, presidente da AASP, o Augusto, o Gustavo, delegado, e se estiver faltando alguém, depois eu menciono, porque às vezes eu não identifico com a máscara.

E queria cumprimentar os deputados que aqui estão: a deputada Carla Morando, o Tenente Nascimento, Gilmaci Santos, Leticia Aguiar, Professor Walter Vicioni, Coronel Nishikawa, Estevam Galvão, Marina Helou, Janaina Paschoal, Delegada Graciela, Valeria Bolsonaro, Delegado Olim e a deputada Damaris Moura, que compõe a mesa conosco e tem se destacado nessa luta contra a violência doméstica.

Passo então a falar sobre a pesquisa JUSBarômetro. Como eu vou falar sobre alguns números, eu pedi que esses dados fossem apresentados em um telão para que fique mais fácil de acompanhar.

Essa pesquisa foi realizada agora no final de agosto com mil mulheres paulistas, com todas as faixas etárias - desde as mais jovens às idosas -, todas as faixas de renda - foi distribuído igualmente entre as faixas de renda -, Capital, Grande São Paulo e Interior, então todos os cantos do estado estão representados.

E ela usa uma técnica projetiva chamada “Third Party”. Essa técnica consiste em fazer referência à terceira pessoa, porque a gente percebe que, quando a gente pergunta de experiência própria, de percepção própria, às vezes esses dados são mascarados por um não desejo de se expor.

Quando a gente transfere isso para uma terceira pessoa, você conhece alguém ou você já ouviu falar, a gente traz à tona dados muito mais reais e muito mais fidedignos.

Então foi essa a ideia, a técnica utilizada nessa entrevista. E a entrevista de pesquisadores também foi formada apenas por mulheres, justamente para facilitar esse diálogo e essa troca de impressões e de sentimento. Então eu já passo para o gráfico 1.

Qual é o tema que mais preocupam as mulheres no estado de São Paulo? Por incrível que pareça, a gente está em um momento de pandemia, a gente está em um momento de inflação - estou vendo a Raquel, querida aqui -, em um momento de inflação, em um momento de dificuldade, em um momento em que a economia sofreu muito por conta da pandemia, e o problema que mais aflige as mulheres paulistas, de longe, é a violência contra a mulher dentro da sua própria casa. Essa é a primeira resposta para 54% das entrevistas.

E como as respostas eram múltiplas, elas podiam dar mais de uma alternativa, se a gente pegar o número de mulheres que mencionaram a violência dentro de casa, esse número passa para 69%.

Então, essa é a maior preocupação, de longe, da mulher no estado de São Paulo. A gente percebe que o emprego, geração de renda, vem em um longínquo segundo lugar, com 8% de primeira resposta.

Cuidados com a saúde, sete por cento; seria esperado até um número maior por conta da questão da pandemia. E a violência fora de casa, que é um problema que sempre assombrou o Brasil de forma geral, um problema com a segurança, entre as mulheres, ela vem em um longínquo quarto lugar. Ela perde muito para o medo que elas têm na própria casa.

Quando a gente passa para o gráfico 2, sobre a percepção do aumento da violência... Aliás, essa pesquisa toda é marcada por números em primeiro lugar muito distantes, então ela evidencia... São resultados muito consolidados, sem qualquer tipo de dúvida para a margem de erro, tanto que a gente tem no segundo gráfico a percepção sobre o aumento da violência doméstica.

Ele é de 88% e aumenta para 91% entre as mulheres com mais de 60 anos; 91% entre as mulheres com nível superior; 91% com a renda até dois salários mínimos e 91% no interior paulista. É curioso que a sensação de aumento da violência

doméstica é maior, a percepção é maior no interior de São Paulo do que na própria Capital.

Quando a gente pergunta para as mulheres se elas conhecem alguém que foi vítima de violência doméstica... E aí, nesse gráfico 4... Ah, não, pulei o gráfico 3. Deixa eu voltar para o gráfico 3, porque ele é importante.

Quais os lugares em que a situação de violência contra as mulheres é mais frequente? Aqui a gente tem um gráfico de primeira resposta. As respostas também podiam ser múltiplas. A gente tem, de primeira resposta: 66% acreditam que a maior parte da violência contra as mulheres acontece dentro de casa, ganhando em disparado da violência que acontece na rua, da percepção da violência na rua. Isso é muito curioso. As mulheres têm muito mais medo de sofrer violência dentro de sua própria casa.

E aí a gente vai para o gráfico 4. No gráfico 4, a gente perguntou quantas mulheres conheciam outras mulheres - ou a si própria - que já sofreram efetivamente violência.

Nas perguntas que a gente utilizou, a gente não utilizou os nomes dos delitos, os nomes técnicos. A gente não utilizou “lesão corporal”, “injúria”, “calúnia”, “difamação”, “ameaça”. A gente usou “xingamento”, “chute”, “batida”, que são expressões mais conhecidas e mais facilmente identificadas pelas mulheres.

A gente tem 52% de mulheres que conhecem efetivamente alguém, ou que já sofreram efetivamente, nos últimos 12 meses, ou seja, um período curto, violência verbal, xingamentos, insultos, humilhações.

Isso é mais da metade da população e esse número aumenta e chama muito a atenção: entre as mulheres negras, 57%, e entre mulheres jovens, de 18 a 24 anos, 54% conhece alguém ou já sofreu efetivamente.

Então, isso nos mostra que é um problema. A gente tem um problema estrutural na sociedade, a gente tem um problema que decorre de uma estrutura, de um machismo, de uma sensação de propriedade, e que vem se repetindo na geração mais jovem, tanto que a maioria das mulheres que relatou o conhecimento da violência próxima de si foram mulheres entre 18 e 24 anos de idade, o que nos causa muita preocupação.

Ameaças, 43% das mulheres; perseguição, 38%; agressão física efetivamente, 38%, ou seja, praticamente metade das mulheres já sofreram ou conhecem alguém que sofreu, no seu círculo próximo, violência doméstica nos últimos 12 meses.

E aí, para essas mulheres que conhecem alguém, que testemunharam uma agressão, foi perguntado quem foi o agressor. Vocês vão ver que as respostas são superiores a 100% porque também são múltiplas, podem ser vários relatos de violência: 63% cônjuge, companheiro ou namorado; 48% ex-cônjuge, ex-companheiro ou ex-namorado, ficando absolutamente distante de pessoas conhecidas, que é o terceiro lugar, com 14 por cento. Então, fica muito evidente que os casos de violência doméstica decorrem do relacionamento afetivo, do relacionamento íntimo, daquela não aceitação ao término do relacionamento, não aceitação da separação, não aceitação ao rompimento por vontade própria.

O local mais comum das violências relatadas, infelizmente, a gente confirma um dado estatístico que é... As estatísticas oficiais dizem que 76,4% dos casos de violência praticados contra a mulher ocorrem dentro de casa.

Esse número é absolutamente confirmado nessa pesquisa. Entre as mulheres que relataram ter sofrido violência ou conhecendo alguém que sofreu violência, 77% mencionou que a violência foi dentro de casa, ou seja, a casa é o ambiente mais perigoso, efetivamente, para as mulheres.

E esse número, ele é condizente com aquele primeiro que a gente falou, de qual a sua impressão sobre a violência doméstica: 66% tinham a impressão de que a violência era em casa e, aqui, 77% das que efetivamente conhecem os casos de violência, ela aconteceu dentro de casa.

E aqui eu acho importante dizer que essa pesquisa... Os dados estatísticos oficiais nós temos. Nós temos os dados da violência doméstica, nós sabemos quantos são os feminicídios, nós temos os registros. Embora os registros sejam subnotificados, nós temos os registros dos casos de ameaça, de violência física, verbal ou psicológica.

O que essa pesquisa queria não eram os dados da violência. O grande problema é que a gente discute a violência doméstica nas cúpulas, na cúpula da Justiça, do Executivo, do Legislativo; a gente discute a violência doméstica nas estatísticas, quando a gente discute Segurança Pública.

A gente discute critérios objetivos. O que a gente quis demonstrar aqui não foi isso. Essas estatísticas a gente tem, são oficiais e nunca houve a pretensão de substituí-las com as pesquisas. A pretensão da pesquisa foi ouvir a mulher e saber qual é o medo que a assola, qual é o medo que a aflige, o que ela quer no combate a essa violência doméstica. Qual é a dificuldade que ela tem?

Então, a gente discute muitos casos de subnotificação, mas a gente precisa ouvir essas mulheres para saber o motivo dessa subnotificação, para saber o que falta, para saber onde é que estamos errando, para saber por que, embora...

A gente tem hoje uma imprensa absolutamente dedicada a esse assunto da violência doméstica, a gente tem o Poder Executivo, o Legislativo, as polícias, tanto a militar quanto a civil, e a gente não consegue diminuir esses números.

Então, o que é que nos falta? A gente entendeu que era importante ouvir a mulher, ouvir a vítima, para saber para onde a gente pode caminhar. E aí a gente tem o gráfico 7, que fala sobre a percepção sobre as vítimas procurarem ajuda.

Não procuraram ajuda 42% das mulheres que relataram sofrer violência doméstica, ou conhecem alguém que sofreu. Ou seja, é quase metade. Para a gente ter uma ideia da subnotificação dos casos de violência doméstica. A gente hoje já lida com números estarrecedores. Esses números podem quase dobrar se a gente acabar com a subnotificação.

Dessas que procuraram ajuda, só 29% procuraram ajuda dos órgãos oficiais, que é igual ao número de pessoas que procurou ajuda de vizinhos e parentes. Quase igual, 24 por cento.

Isso gera, o Instituto Maria da Penha fala da espiral do silêncio. A mulher silênciia, isso gera uma não punição ao agressor, e gera a prática de um novo caso de violência, porque ele não foi punido. Aí ela silênciia porque ela tem medo, que gera novos casos de violência. Então, a subnotificação, eu acho que hoje é um dos principais problemas a serem focados.

No gráfico oito, qual foi o motivo? Vocês vão ver que 73% não denunciaram por medo. Medo de forma geral. Algumas relataram medo do próprio companheiro, medo de represália, medo de não ser atendida, medo de não dar em nada.

Mas 73%, ou seja, absoluta maioria das mulheres, não denuncia por medo. Seguida de vergonha, para não se expor. Porque, por incrível que pareça, violência doméstica ainda gera na vítima o sentimento de vergonha, como se ela fosse culpada. Por conta dessa vergonha, elas não denunciam.

A dependência financeira, que a maior parte das pessoas acham que é o principal argumento para que uma mulher não rompa o ciclo de violência, vem num terceiro lugar, com apenas 19% das mulheres que conhecem efetivamente um caso.

E os órgãos? Quem foi acionado quando as mulheres pedem ajuda? A gente tem as DDMs, as delegacias da mulher, que nossos colegas, a Raquel Kobayashi e o Gustavo Mesquita, não nos deixam mentir: hoje, uma das vitrines da Polícia Civil são as DDMs.

É o primeiro lugar em que uma mulher pensa quando vai procurar um órgão oficial para denunciar a violência doméstica. Então as DDMs são de longe o órgão mais procurado.

Mas, nos 55%, ela empata com amigos, vizinhos e familiares, 56 por cento. Que a gente não poderia permitir que empatasse. A gente precisava que essas mulheres fossem ao órgão oficial, para nos ajudar com estatísticas e políticas de prevenção.

A gente perguntou também qual seria a medida mais adequada para o agressor. A gente tem 59% de mulheres que entendem que a prisão é mais adequada ao agressor. Depois, de longe, medida protetiva, 10%. E participação em grupos de reeducação, que é importantíssimo para a gente evitar a revitimização, apenas 9 por cento.

A gente compreende esse número, dos 59%, embora a violência mais frequente, nessa pesquisa, tenha sido xingamento, que não gera prisão. A gente consegue justificar esse número tão alto com a sensação de insegurança que as mulheres sentem, e desejam esse afastamento.

Por fim, a parte que nos diz respeito, diz respeito ao Poder Judiciário: o que nós podemos fazer, dado esse cenário todo?

Pergunta que foi feita: qual é a contribuição da Lei Maria da Penha? 59% entende que a Lei Maria da Penha é uma lei que ajuda no combate à violência. Vejam que coisa curiosa. Nossa lei é uma das mais importantes do mundo, uma das três mais avançadas. Ela prevê a parte de repressão.

Ela prevê a parte de prevenção, de atendimento integral. É uma lei excelente. Ela perde, talvez, para as leis do Chile e da Espanha, que são duas leis, também de combate à violência doméstica, excelentes.

Infelizmente, somos países com índice de violência doméstica altíssimo. Tanto Espanha, como Brasil, como Chile. Nossa lei é ótima. O legislador fez um excelente trabalho. Mas ainda há muito a ser feito.

Para finalizar: qual a avaliação da assistência e proteção oferecidas pelo Judiciário? A gente tem um número positivo muito maior entre os usuários do que entre os não usuários.

Qual o conhecimento das ações do Judiciário contra a violência de gênero? Esse é um dos motivos pelos quais a gente está aqui hoje. O Judiciário tem uma ações que visam envolver a sociedade civil, envolver os órgãos públicos, mas principalmente a sociedade civil no combate à violência doméstica.

Enquanto a violência doméstica era um assunto que ficava privado, enquanto vigorava aquela frase que “em briga de marido e mulher não se mete a colher”, a gente não tinha como lutar contra isso. Hoje a gente tem a sociedade civil se envolvendo neste problema.

Uma das campanhas que foi muito capaz de envolver a sociedade civil foi a campanha Sinal Vermelho Contra a Violência Doméstica, sobre a qual a Domitila vai falar hoje, e a qual hoje eu tenho a adesão do Carlão Pignatari e da Claudia Cutait. O que para nós é uma alegria.

É uma campanha idealizada pela AMB e pelo CNJ, e que pelo menos 70% das mulheres já ouviu falar: conhece bem ou já ouviu falar da campanha Sinal Vermelho Contra a Violência doméstica.

Os outros projetos são pouco conhecidos. Pouco ou relativamente conhecidos. Chegam em 30 ou 33 por cento. O que nos faz crer que a gente precisa melhorar demais a comunicação. Porque esses projetos são importantes.

A gente tem o Projeto Fênix, que também foi idealizado pela nossa Domitila, um projeto maravilhoso de recuperação das mulheres que sofrem marcas da violência, e é conhecido por menos de um terço da população.

A gente precisa que isso seja conhecido pela população. Entre os que conhecem todos esses projetos, muito bem avaliados, chama a atenção o Sinal Vermelho, com 70% de aprovação, ótimo e bom. Mas todos os demais projetos são bem avaliados.

Encerro com o meu último gráfico, que é o gráfico 16. Quais são os pontos importantes para serem melhorados no funcionamento do sistema de Justiça de São Paulo?

Os dois primeiros. Melhorar o atendimento às mulheres, ter mais empatia e sensibilidade. E melhorar a capacitação dos policiais para esses casos. Eles me parecem muito semelhantes.

Ou seja, as mulheres precisam ser acolhidas, não podem ter medo e não podem ter vergonha de chegar a uma delegacia. Isso é muito natural se a gente pensar que é o primeiro lugar a ser procurado, quando a gente pensa que 55% recorre à DDM.

Então esperar um melhor atendimento por parte do policial é reflexo natural de ser um policial a pessoa que elas primeiro vão procurar quando sofrem a violência.

Ampliar o número de delegacias da mulher. A gente vê que as mulheres depositam a sua confiança na Polícia. Informar e melhorar a comunicação com as vítimas. Aumentar a capacidade de atendimento e defensorias em convênio com o OAB. Essa vai para o meu amigo Augusto e para a minha amiga Viviane Girardi. Então é um lugar em que as mulheres se sentem acolhidas também, e que precisa da ampliação.

De resto, reduzir custos, atendimento judiciário, instalações, “et cetera”. Enfim, eu encerro aqui. Acho que eu extrapolei, inclusive, o tempo que eu me propus a falar, mas é porque eu me empolgo ao relatar esses dados.

Peco desculpas por ter tomado muito tempo, e acredito que nós estamos dispostos a cumprir o nosso papel na sociedade. O envolvimento da sociedade civil e dos órgãos públicos é absolutamente importante, para a gente continuar a fazer esse trabalho que a imprensa tem feito, que é dar visibilidade, jogar holofotes, jogar luzes sobre esse problema, para que ele não fique mais nas sombras.

Eu agradeço o tempo que me ouviram. (Palmas.)

A SRA. MESTRE DE CERIMÔNIAS - MARINA TEIXEIRA - Muito obrigada, presidente, pelas palavras, e por compartilhar conosco tão importantes números. Nós queremos fazer uma correção aqui. Nós temos conosco na Mesa a Sra. Ana Claudia Carletto, secretária municipal de Direitos Humanos e Cidadania do estado de São Paulo.

Neste momento, nós exibiremos o vídeo da campanha “Sinal Vermelho contra a Violência Doméstica”, produzido pela Associação dos Magistrados Brasileiros.

- É exibido o vídeo.

Registramos também a presença dos deputados estaduais e deputadas Carla Morando, Tenente Nascimento, Gilmaci Santos, Leticia Aguiar, Professor Walter Vicioni, Coronel Nishikawa, Estevam Galvão, Marina Helou, Janaina Paschoal, Delegada Graciela, Valéria Bolsonaro, Delegado Olim, Damaris Moura, Mauro Bragato, Dirceu Dalben, Murilo Félix.

Convidamos agora a senhora Claudia Cutait, presidente da CMEC, Conselho da Mulher Empreendedora da Cultura, e da Associação Comercial do Estado de São Paulo e Federações para fazer uso da palavra.

A SRA. ANA CLAUDIA CUTAIT - Vou pedir licença para tirar a máscara, porque a gente fala melhor.

Bom dia a todos, é um prazer enorme estar aqui. Eu queria cumprimentar o presidente, Carlão Pignatari, e em nome dele, eu queria cumprimentar todos os deputados presentes, todas as autoridades presentes.

Presidente, é um prazer enorme ter sido... O CMEC, o Conselho da Mulher Empreendedora e da Cultura, da Fasesp, ter sido convidado para assinar este termo de cooperação, e participar desta campanha tão importante. Muito obrigada pelo convite.

Eu queria cumprimentar a Domitila Mansur e a Vanessa Mateus, por ter nos incluído neste projeto, que é uma honra muito grande para o CMEC fazer parte, e poder divulgar este projeto para todas as nossas 420 associações comerciais do estado. Eu queria cumprimentar a deputada Damaris, e, em